

PACTU

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO II - Nº 24 - Dezembro/98

fetec CUT Brasil

CNB - Sindicato Nacional

O movimento sindical tem se mobilizado para evitar a venda do Paraná.

Página 2



Marisa Stédille (em pé), diretora do PACTU e da Fetec em campanha pela defesa do Banestado

Com poucas exceções, como o Viagra que surgiu como fator positivo, em 98 ocorreram muitos fatos negativos: o Penta que não veio; a reforma agrária que não foi feita e o mais alto índice de desemprego da história do Brasil... Confira estes e outros fatos que fizeram a história este ano.

Páginas 4 e 5

■ Campanha nos bancos federais continua difícil. Funcionalismo tenta romper impasse buscando apoio de parlamentares _____ Página 3

■ A unificação sindical e o sindicato de FHC. Proposta poupa nefasto poder normativo da Justiça do Trabalho

_____ Página 6

■ A LER e a Previdência. INSS quer se livrar da parte onerosa do sistema _____ Página 7

■ Sindicatos de Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava tiveram eleições _____ Página 8

O Banestado, a Copel, Sanepar, Telepar e o ensino público... todos estão em processo de venda!

Lerner vende o Paraná

Mais uma vez Lerner tratorou a democracia para destruir o patrimônio paranaense.

O Anteprojeto de Lei que privatiza a Copel foi aprovado em plenário com um massacre ao bloco de oposição, que conseguiu apenas 13 votos e teve suas 15 emendas rejeitadas.

Justificativa furada

A mensagem enviada à AL defendeu a "reestruturação" da Copel, separando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O objetivo principal seria a "promoção da livre concorrência".

Segundo Lerner, que assinou a mensagem, a companhia não tem agilidade e flexibilidade necessárias à sobrevivência na competição imposta pelo mercado. Lerner argumenta que a "obediência integral e irrestrita às normas da legislação" torna difícil a manutenção de seus atuais consumidores: licitação de obras, serviços, fornecimento ou alienações, bem como a prestação de contas e o controle sobre ela exercido pelos órgãos pertinentes.

Segundas intenções

Para segundo plano, Lerner reservou a promoção da "alienação das ações ordinárias" com direito a voto, da Copel. O Anteprojeto de Lei, aprovado por 33 parlamentares aliados do governador, deixa claro que Lerner quer autorização para dar as ações da estatal como caução de empréstimo no valor de até R\$ 2 bilhões. E, ainda, aumentar o capital social da Paraná Investimentos/SA exatamente no mesmo valor.

Ora, a tal empresa é polêmica pois é uma "Agência Executiva" que funciona nos moldes das "organizações sociais", usa dinheiro público sem prestar satisfações a ninguém. Depois, Lerner poderá dizer que não pode pagar o

O que vai pelo ralo... Estima-se que restam ao governo 85% das ações ordinárias, com direito a voto, no valor de R\$ 2 bi. Já foram vendidas 80% das ações preferenciais, que dão lucro aos acionistas.



empréstimo e o Paraná vai perder a Copel.

A aprovação só aconteceu depois de um longo debate, que deixou claro a pouca informação dos deputados governistas sobre a empresa.

O projeto autoriza o governo a reestruturar a composição societária da Copel e criar sociedades a ela coligadas, controladas ou subsidiárias. Além de autorizar o executivo a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza ações com ou sem direito a voto, pertencentes ao governo ou entidades a ele vinculadas.

Por que a Copel não pode ser privatizada?

É uma estatal muito lucrativa. O lucro líquido de 95 foi de R\$ 302,6 milhões. A Copel diferencia das demais do setor elétrico brasileiro por realizar com auto-suficiência o ciclo completo de energia. Tem parque gerador próprio composto de 16 usinas hidrelétricas e 3 termoeletricas.

A Copel tem função social indiscutível, levando energia a áreas do interior do Paraná pouco lucrativas. Programas

como a "Eletificação Rural" a "Tarifa Social" só foram possíveis por comprometimento da estatal.

Fornecimento de energia é monopólio natural. Não se fazem duas redes elétricas para atender aos mesmos consumidores. A concorrência é uma desculpa estarrapada.

O processo de privatização não é transparente. Não houve discussão com a

sociedade. Até agora não se explicou o que foi feito com o dinheiro da venda das ações da companhia, nem tampouco o número exato de ações vendidas. Mas os nossos deputados parecem fazer vistas grossas à situação, pois a autorização da venda da Copel só aconteceu depois de um debate que deixou claro a pouca informação dos deputados sobre a empresa.

Sanepar também vai!?!

A Assembléia Legislativa aprovou também mensagem do governo do Estado que amplia as atividades da Sanepar, preparando-a para a privatização. Pela proposta, a "nova" Sanepar que Lerner quer entregar à iniciativa privada pode também atuar na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de lixo, esgoto e resíduos domésticos e industriais e, ainda, fica liberada a participar de consórcios ou sociedades de empresas privadas, bem como prestar serviços relacionados à saúde da população. Outra vez o governo Lerner jogou baixo, já que a aprovação da matéria aconteceu a toque de caixa, pegando de surpresa os parlamentares da oposição.

Presente de grego



Com o aumento da gasolina, vai subir o custo do transporte

○ Natal de milhões de brasileiros será mais pobre este ano. No últimos dias 4 de dezembro os combustíveis sofreram alta expressiva. A gasolina aumentou quase 8%, o óleo diesel 9,43% e o gás de cozinha 10,78%. É o presente de Natal que o presidente

FHC está dando ao trabalhador, em nome de um acordo, de conteúdo desconhecido e efeito duvidoso, feito com o FMI. Ao retirar os subsídios do setor sob justificativa de uma economia mensal de R\$ 143 milhões, FHC dificulta a já crítica situação do trabalhador brasileiro e, com esta decisão, cumpre o que prometeu ao FMI.

NEOLIBERALISMO – Outra vez FHC comprovou a sua política neoliberal, pois o aumento nos preços dos combustíveis foi a sugestão apresentada por parlamentares ruralistas, grandes empresários e banqueiros em troca da criação do imposto sobre grandes fortunas. Ao retirar o subsídio permitindo o aumento dos combustíveis, principalmente do gás de cozinha, FHC evidenciou a insensibilidade de seu governo em relação à situação de penúria pela qual passa milhões brasileiros que no dia-a-dia convivem com salário de fome, com o desemprego, miséria e todas as formas de injustiças sociais. E mais uma vez dá prova de que governa para poucos, como os ruralistas e os banqueiros.

Funcionários do BB tentam romper impasse

A intransigência da direção do Banco do Brasil nas negociações salariais, como a proposta de retirada de direitos e os constantes adiamentos nas negociações, como aconteceu com a negociação marcada para o dia 10/12, prorrogando para o dia 17/12, obrigou a Comissão de Empresa a redobrar o esforço para superar o impasse e quebrar a postura radical do banco. Juntamente com as comissões dos demais bancos federais e a Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) reuniu-se com o presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães e com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer.

Com o apoio de parlamentares da oposição solidários às reivindicações dos funcionários do BB, os membros das comissões e da Executiva participaram ainda de reunião com o secretário-executivo do Mi-



Paralisação do BB de Guarapuava

nistério da Fazenda, Pedro Parente, dia 30 de novembro. Nas duas audiências, as comissões de empresa e a CNB/CUT argumentaram que os parâmetros para um eventual acordo nos bancos federais teriam que garantir, no mínimo, a manutenção dos direitos conquistados pelo funcionalismo e a extensão dos termos da Convenção Coletiva da categoria ban-

cária. Parente prometeu consultar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e dar uma resposta o mais rápido possível.

Pressão aumenta

O lucro líquido do BB nos primeiros dez meses de 98 foi de R\$ 9.794,50. Isto é resultado do esforço do funcionalismo do banco que, cada vez mais, vem sendo penalizado pelas regras ditadas pela direção, trabalho não remunerado, demissões, aposentadorias precoces e retirada de direitos. O lucro cresce, mas o BB nega reajuste ao funcionalismo.

As paralisações e manifestações realizadas pela categoria em todo o país incomodaram a direção do banco, mas ainda não foram suficientes para romper a intransigência. O desinteresse da direção do BB em negociar mostra que o único caminho é intensificar as paralisações e forçar o banco a negociar sério e respeitar o funcionalismo.

Compare o que o BB "propõe" e o acordo dos bancários

	BB	Fenaban
Reajuste	0	1,2%
Cesta-alimentação	0	R\$ 120,00
PLR	R\$ 12 mil para API e R\$ 200 para caixa e posto efetivo	80% do salário mais fixo de R\$ 300,00
Anuênio	retira	mantém
Auxílio-creche	R\$ 90,00	R\$ 100,00
Abono	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Vale-refeição	R\$ 8,20	R\$ 8,11

Os últimos reajustes do BB e dos demais bancários

Ano	Fenaban	BB
95	30,0%	25%
96	10,8%	zero
97	5,0%	zero
98	1,2%	zero
Acumulado desde 94	53,05%	25%

PLR

Os bancos que deram lucro tiveram até o dia 18/12 para pagar a primeira parcela do PLR. Conforme o acordo, alguns bancos que não atingirem o limite mínimo para pagamento do PLR, poderão não pagar ou pagar parcialmente. É o caso do HSBC, que não alcançou o lucro estipulado em acordo. Por isso, cada funcionário deverá receber aproximadamente 25% de um salário, mais R\$ 60,00 limitados a R\$ 870,00. A Comissão de Empresa dos Funcionários do Bamerindus, assessorada por técnicos do Dieese, esteve reunida no último dia 10/12 com representantes do HSBC para aferir os números apresentados pelo banco.

Campanhas pelo emprego

Fechado o acordo, a prioridade dos sindicatos se debruça na manutenção do emprego. E neste sentido aconteceram diversas manifestações em bancos que vinham demitindo acentuadamente, como o América do Sul, o Sudameris e o HSBC.

Em todo o Brasil aconteceram manifestações e paralisações nesses bancos. Alguns deles, como o América do Sul, procuraram a Executiva Nacional dos Bancários para conversar, alegando estar suspendendo temporariamente as demissões.

Ainda sobre manutenção do emprego, a direção do Pactu está em plena campanha pela não extrapolação da jornada de trabalho, que consiste em levantamentos, conversas com administração dos bancos e denúncias à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. Os casos mais urgentes têm prioridade fora da campanha e deverão ser denunciados neste Jornal.

CEF/BANESTADO

Além da queda de Neco Garcia, que vinha atrapalhando as negociações e chegou a ameaçar conquistas históricas do funcionalismo, no BANESTADO não há nenhuma novidade em termos de propostas. Porém no dia 08/12 foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, por 20 a 19 votos, com uma abstenção, o saneamento do banco. Vale lembrar que o senador Roberto Requião teve um bom trabalho defendendo o Banestado no Senado e quase conseguiu a federalização do banco, o que daria um pouco mais de tempo e possibilidade de novas negociações. CEF - Com as visitas no Congresso Nacional e a manifestação e paralisação de agências em várias cidades do país, como Curitiba e Londrina, no PR, a direção do banco resolveu quebrar o silêncio e marcar reunião de negociação para o dia 15/12, e que até o fechamento desta edição o resultado não havia sido divulgado.

Vai ser difícil esquecer

Entreguismo

Janeiro: O então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, anuncia a venda da Telebrás, uma das maiores e mais importantes estatais brasileiras.

O perigo Global

A Ásia começa a se transformar na espoleta de uma contração econômica mundial semelhante à de 1929.

Fim da estabilidade

Março: Senado Federal aprovou projeto de emenda constitucional que determinou o fim da estabilidade do servidor público.

O fantasma bate à porta

O governo colhe uma das seqüelas mais graves da subida dos juros em 97: a batata quente do desemprego ferveu e queimou a mão de milhões de brasileiros.

O ano da pílula milagrosa

Chega ao mercado, em 98, o remédio que resolve até 80% da impotência sexual

Amazônia em chamas

Enquanto o incêndio destrói Roraima, militares recusam ajuda em nome da soberania na Amazônia. Governo FHC, alertado sobre o problema, não agiu rápido para impedir destruição de uma grande área da floresta.



Naya desmoronou
Março: O construtor do Edifício Palace II, que desabou no Rio de Janeiro, deputado Sérgio Naya é expulso do partido, fica proibido de exercer a engenharia e é cassado pela Câmara.

Nobel em Português

Depois de anos de expectativa, o escritor José Saramago é escolhido pela Academia Sueca para o prêmio Nobel de Literatura.

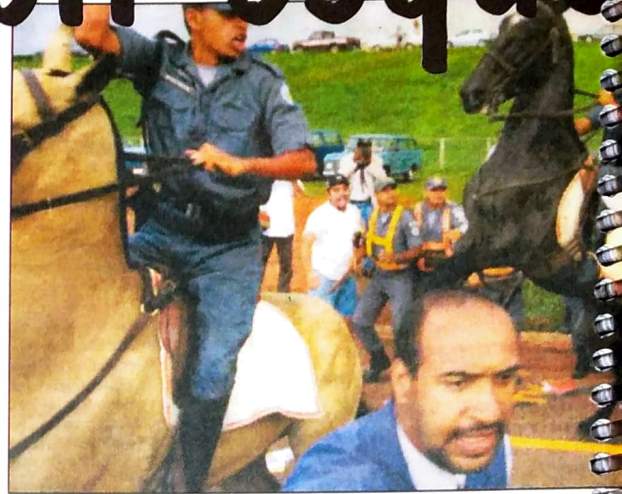


Penta adiado

Seleção Brasileira vai à França para disputar mais uma Copa do Mundo. Atrapalhada comissão técnica comandada por Zagallo resolve cortar o craque Romário, contundido. Um mês depois a decepção: o Brasil perde para a seleção francesa e adia o sonho do penta.

Previdência à moda FHC

Fevereiro: foi marcado por grande protesto de trabalhadores, em frente ao Congresso Nacional e em outras partes do país, logo depois da aprovação da primeira parte da reforma da Previdência proposta por FHC e que penaliza o trabalhador brasileiro.



Reforma demorada

Abril: O país chega ao auge da crise no campo. Governo aciona Polícia Federal e Exército, mas não resolve a questão agrária.



Olho por olho

Maior: No Nordeste, trabalhadores rurais promovem saques de alimentos para matar a fome. FHC, em campanha eleitoral, vai à TV Globo e pede para não divulgar.

Terror vem da Rússia

Agosto: Moscou detona uma crise mundial, com calote de 32 bilhões de dólares. Bolsas caem em todo o mundo. No Brasil, economia despenca em meio a uma campanha eleitoral atípica.

Telhado de Vidro

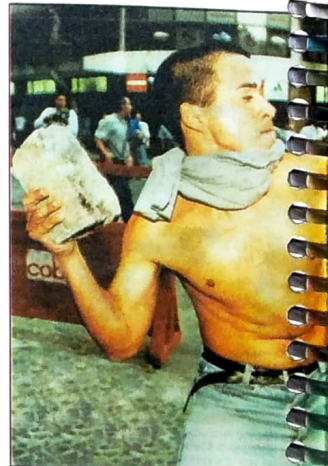
Setembro: Déficit público e saída acelerada de dólares do país ameaçam transformar o Brasil na "bola da vez" na crise financeira que derrubou a economia em todo o Planeta.

Morrem Motta e Luiz Eduardo

Abril: Presidente FHC perde fortes aliados com as mortes do Ministro das Comunicações, Sérgio Motta e do deputado Luiz Eduardo Magalhães. Em homenagem aos dois, FHC e ACM apressaram a reforma neoliberal.



Telebrás pelo ralo



Julho: o governo FHC entregou a 12 empresas do sistema Telebrás a Bolsa de Valores do Rio.

Dezembro 1998!!!



Oposição avança

Numa eleição marcada pela força do poder econômico, FHC é reeleito no dia 4 de outubro. Mas a oposição recebeu uma das melhores votações da história e ampliou número de governadores e suas bancadas estaduais e federal.

Um pacote segundo o FMI

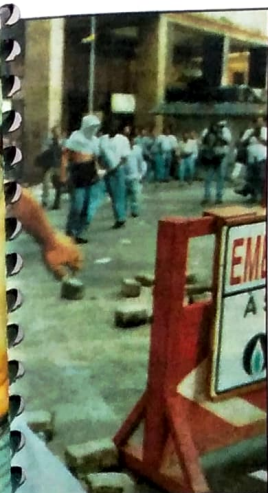
Novembro: Presidente FHC vai ao FMI e fecha acordo sobre o pacote fiscal que aumenta impostos e recessão no país e ferra o trabalhador e o setor produtivo.



Um fenômeno



O apresentador Carlos Massa, o Ratinho, se transforma no maior fenômeno da televisão brasileira ao explorar o brega em horário nobre na record e, depois, no SBT.



"Presente de Natal"

Dezembro: FHC aumenta os preços da gasolina, diesel e gás de cozinha. Alimentos também vão subir



Figgado pela boca
 Novembro: Grampo telefônico derruba cinco membros do governo, entre eles o ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros: denúncia de favorecimento em leilão da Tele Norte Leste é abafada.

Unificação



Maio/Pactu: Unificação dos Sindicatos do Pactu dá um passo importante. É a fusão do SEEB Assis Chateaubriand ao Sindicato dos Bancários de Umuarama.

General no xadrez

A prisão do ex-ditador Pinochet na Inglaterra reabre velhas feridas ideológicas e gera manifestações no Chile e em outros países que defendem punição ao general. Ingleses negam imunidade a Pinochet.



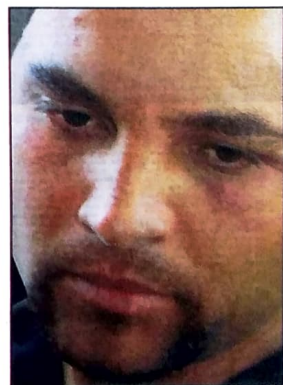
Pe. Marcelo

Criticado por uns e admirado por outros. Em 98 o Brasil conheceu Pe. Marcelo, o sacerdote que arrasta multidões, adeptos do movimento carismático católico.



Frio e perigoso

Motoboy Francisco de Assis Pereira, o "maníaco do parque", confessa o assassinato de nove mulheres.



RETROSPECTIVA

ativista privada a última das...
 Alta e protestos em frente a

Umuarama vive o problema da água



Toneladas de areia são retiradas do rio, para viabilizar o abastecimento. Problema aumenta quando chove muito

Ha 15 anos Umuarama vem discutindo e tentando encontrar solução para o problema que afeta o Rio Piava, mas até o momento não conseguiu colocar em prática mais do que medidas paliativas. O tempo passa e cresce o risco de desabastecimento de água potável na cidade, já que a única estação de captação sofre variados problemas. Nas águas do Piava, uma série de agentes poluentes resulta da desarmonia entre o homem e a natureza. Entre as principais vertentes estão, de um lado, a falta de saneamento básico em conjuntos habitacionais próximos à cabeceira do rio e de cuja legalidade até hoje se questiona. De outro lado, a inexistência de matas ciliares, o que facilita despejo de resíduos sólidos de toda ordem, venenos agrícolas e grande quantidade de areia no leito do rio. O que se viu até agora foi muita conversa e pouco trabalho. Prática, aliás, que não se restringe

questão do Piava, mas também a outros projetos que foram considerados importantes pela sociedade local mas que, na verdade, acabaram não passando do mesmo de meros instrumentos para enriquecer campanhas políticas. A Sanepar tem reafirmado constantemente o risco de desabastecimento de água e alertado para a urgente necessidade de execução de um projeto que contemple a restauração e a preservação do Rio Piava. O asfalto, a creche, a escola e principalmente os incentivos aos pecuaristas da região como as melhorias no parque de exposições e a criação de bois através das reformas de pastagens e plantio de soja não são mais importantes do

que a água potável, que é muito mais importante para a maioria da população que não pode comprar água mineral. Se existe uma movimentação por parte do poder público, que resultou na construção de um depósito de embalagens de agrotóxicos, na criação de uma APA (Área de Proteção Ambiental) e na conclusão do processo de licitação (restando a parte mais difícil, que a liberação do dinheiro propriamente dito) para a construção de galerias no Parque das Jaboticabeiras, tudo isto representa apenas o primeiro passo (muito demorado, digase de passagem) para solucionar a "questão Piava". Resta ao município um longo caminho para concretizar todo o projeto.

O que se viu até agora foi muita conversa e pouco trabalho

A proposta também poupa o nefasto poder normativo da Justiça do Trabalho

A unificação e o sindicato de FHC

As propostas de mudanças na CLT que o governo FHC já está encaminhando ao Congresso Nacional beneficiam, outra vez, o capital em detrimento dos trabalhadores.

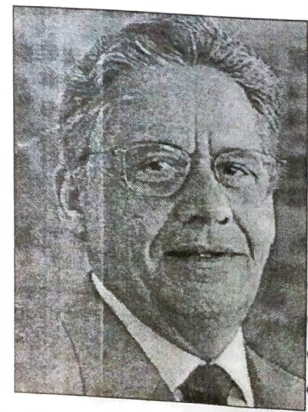
Das mudanças propostas, a que vem causando mais apreensão entre trabalhadores e dirigentes sindicais diz respeito a possibilidade de criação de sindicatos por empresa em todo o país.

A CUT desconfia que atrás da proposta do governo, de estabelecer a liberdade sindical, esconde-se antiga intenção de FHC em implantar, mais livremente, sua política neoliberal em

dente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, no momento difícil para os trabalhadores, que passam pela recessão e pelo desemprego, seria necessário uma legislação de apoio e garantia à cidadania sindical, como direito de reunião e a representação no local de trabalho, reconhecido nos países socialmente mais avançados.

Para a direção do *Pactu*, a proposta de FHC cria novos e pequenos sindicatos atrelados a taxas compulsórias e de mais fácil interferência patronal. Afirma também que a

CUT vem orientando, a unificação de pequenos sindicatos, os sindicatos por ramos de atividades (trabalhou em banco é do ramo do sistema financeiro, não importa se é o zelador de uma terceirizada ou o advogado do banco), e a Organização nos Locais de Trabalho - OLT. Isso reduziria os 15 mil sindicatos de trabalhadores no Brasil para, no máximo, 23 sindicatos por ramos de atividades.



FHC: intenção é desestruturar o movimento sindical no país

Ação do FGTS

O Ministério Público Federal (MPF), a CUT e outros sindicatos do Paraná entraram com ação contra a União e a CEF, pedindo reposição das perdas com os planos econômicos Bresser, Verão e Collor nas contas do FGTS para os trabalhadores que tinham carteira assinada entre junho de 87 a janeiro de 91. No primeiro julgamento, em Curitiba, o Tribunal excluiu a União e deu improcedente o mérito da ação. O MPF e os outros entraram com recursos que aguardam julgamento no tribunal regional em Porto Alegre. A CEF também aguarda julgamento neste mesmo tribunal de um recurso questionando a junção da CUT e dos outros Sindicatos na mesma ação do MPF. As partes aguardam os julgamentos desses recursos para prosseguir com a ação.

Reforma aprovada na base do troca-troca

Na base de acordos e concessões, o governo FHC conseguiu aprovar ao seu modo uma reforma da Previdência que penaliza aposentados e pensionistas. A partir de 1999, os homens terão de contribuir por pelo menos 35 anos e mulheres por 30 anos para se aposentar. Pelo projeto aprovado no início de novembro pelo Congresso

Reforma de FHC beneficia o capital e penaliza o trabalhador

Nacional, acaba a aposentadoria proporcional. Os servidores públicos terão de ter idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), pelo menos 10 anos de funcionalismo e 5

anos no mesmo cargo.

A aprovação da reforma como propôs FHC significa perdas enormes aos trabalhadores. Os três destaques da oposição pretendiam resguardar alguns direitos dos trabalhadores foram atropelados pelo rolo compressor do governo.

FHC e seus aliados no Congresso montaram uma verdadeira operação de guerra e garantiram o mínimo de 308 votos à aprovação da reforma conforme propôs o governo. Outra vez FHC lançou mão de uma prática comum no seu governo: troca de favores e cargos

nos Estados.

Um dos exemplos ficou claro no tratamento privilegiado que o governo deu à bancada ruralista, que um dia antes da sessão ameaçava votar contra o governo mas, um dia depois da votação, entretanto, FHC aprovou a prorrogação das dívidas agrícolas beneficiando os latifundiários, com despesa de R\$ 245 milhões em três anos para o Banco do Brasil.

Nova reforma de FHC Para a oposição, está claro que no próximo mandato de FHC ele vai mandar uma mera proposta de reforma da Previdência. Entre os principais pontos que pretende reformular estão a igualdade na idade para se aposentar en-

tre homens e mulheres e o teto de 3 salários mínimos a ser pago pela Previdência pública. A partir desse valor quem quiser, e puder pagar, completamente com a previdência privada. Aliás, essa é uma exigência dos lobbys das empresas de previdência privada, que são os grandes bancos como o Itaú Previ, do Banco Itaú, que por coincidência deu 2 milhões e 600 mil reais para a campanha eleitoral de FHC.

Tempo de serviço em anos	Homem		Mulher	
	tempo que faltará pela regra atual, em anos	tempo que faltará pela regra de transição em anos	tempo que faltará pela regra atual, em anos	tempo que faltará pela regra de transição, em anos
1	34	40,6	29	34,8
2	33	39,6	28	33,6
3	32	38,4	27	32,4
4	31	37,2	26	31,2
5	30	36,0	25	30,0
6	29	34,8	24	28,8
7	28	33,6	23	27,6
8	27	32,4	22	26,4
9	26	31,2	21	25,2
10	25	30,0	20	24,0
11	24	28,8	19	22,8
12	23	27,6	18	21,6
13	22	26,4	17	20,4
14	21	25,2	16	19,2
15	20	24,0	15	18,0
16	19	22,8	14	16,8
17	18	21,6	13	15,6
18	17	20,4	12	14,4
19	16	19,2	11	13,2
20	15	18,0	10	12,0
21	14	16,8	9	10,8
22	13	15,6	8	9,6
23	12	14,4	7	8,4
24	11	13,2	6	7,2
25	10	12,0	5	6,0
26	9	10,9	4	4,8
27	8	9,6	3	3,6
28	7	8,4	2	2,4
29	6	7,2	1	1,2
30	5	6,0		
31	4	4,8		
32	3	3,6		
33	2	2,4		
34	1	1,2		

A LER e a Previdência

O início da década de 90 marcou a entrada do Brasil no círculo de países que adotaram o receituário neoliberal para a condução de suas políticas econômicas. Dentre as várias prescrições a serem adotadas, a mais debatida e a que mais tem gerado polêmicas é o processo de privatização.

Iniciado com venda de empresas comerciais, das quais o Estado era proprietário, único ou majoritário, pouco a pouco o processo está englobando outras áreas que, pela cartilha de FHC deveria ser responsabilidade do Estado: Saúde, Educação e, agora, Previdência.

Assim é que a partir da dita "reforma da Previdência" o Estado vai, paulatinamente, se eximindo de suas responsabilidades e repassando funções à iniciativa privada. Dentre estas, a que se encontra em estágio mais adiantado de discussão é a privatização do seguro acidente de trabalho.

A exemplo dos processos de privatizações que ocorreram em outros segmentos de atuação do Estado, em especial no setor financeiro, a primeira providência que os administradores responsáveis pelo processo tomaram foi se livrar da chamada "moeda podre".

Mas afinal o que é "moeda podre" do seguro acidente de trabalho? Embora não esteja escrito em nenhuma portaria, lei ou qualquer outro normativo e, mesmo não admitindo oficialmente, a prática tem indicado claramente quem é a chamada "moeda podre". No caso trata-se de trabalhadores acometidos de uma das patologias da LER, rebatizada de DORT. Ora, os

trabalhadores portadores de LER, ao contrário dos outros trabalhadores em gozo do benefício do seguro acidente de trabalho, não trazem em seus corpos sinais ou marcas visíveis de sua enfermidade.

O principal sintoma da LER é a dor, e dor é invisível, não se manifesta, ao contrário da perda de uma parte do corpo. A LER não é uma patologia bem definida como câncer, um derrame, surdez, ou seja, por não ser visível não poder ser tocada nem medida.

Fica fácil, portanto, para a Previdência, que é a gestora do sistema seguro acidente, se livrar desta "moeda podre", trabalhadores que adoeceram em consequência do processo produtivo.

Fica fácil para a Previdência, que é a gestora do sistema seguro acidente, se livrar da "moeda podre"...

Basta dar alta médica, precoce na maioria das vezes, e o doente de LER já não é mais doente. E mais grave ainda, não consegue sensibilizar a sociedade para sua causa, proque sua doença é "invisível".

Esta é a realidade com a qual milhares e milhares de trabalhadores, que adoeceram por conta de processos produtivos que não respeitam a integridade física das pessoas, acarretando com isso seqüelas até de ordem psíquicas. Elas convivem, cotidianamente, em peregrinações junto aos postos do INSS, tentando provar, com atestados e laudos assinados por médicos das empresas para as quais trabalham que realmente estão doentes.

Mas, pelos critérios do INSS, nenhum outro médico, que não os peritos dos quadros do INSS, tem capacidade de detectar quem efetivamente é doente, mesmo que os médicos que devam opinar sobre doenças neuromusculares sejam pediatras, obstetras,

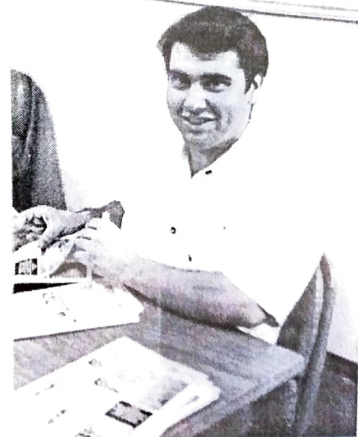
ginecologistas, contrariando laudos e diagnósticos elaborados por ortopedistas e especialistas em doenças neuromusculares.

Pois, para o INSS, todo trabalhador que pleiteia direito não é bem intencionado".

O texto acima foi apresentado pelo diretor do SEEB Umuarama, Marcelo Montanha, no Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, realizado dias 11 e 12 últimos, em Curitiba, onde o tema LER/DORT foi muito debatido.

E por falar em LER, é bom esclarecer que a sigla está sendo substituída pelo termo DORT. Só muda o nome, o que constitui mais uma jogada tendenciosa do INSS, já que isso vem interferir no trabalho de conscientização dos trabalhadores.

Vale lembrar que, apesar da mudança, que camufla a parte onerosa no INSS, as causas e consequências da doença continuam as mesmas.



Marcelo: prevenção é o remédio

Eleições tranquilas em Sindicatos do PACTU



Membros da chapa eleita em Guarapuava

Transcorreram em clima tranquilo as eleições no SEEB de Guarapuava, no dia 10/12, e no SEEB de Umuarama/Assis Chateaubriand, dia 11/12. Em Guarapuava, onde

583 bancários estavam aptos a votar, dos 418 que compareceram às urnas, 360 votaram sim. Houve 40 votos em branco e 17 nulos. Ou seja, o índice de aprovação atingiu 86,12%. O bancário

SEEB de Toledo traça metas

Os 26 membros da diretoria do SEEB/Toledo estiveram reunidos no dia 19/12, para discutir e elaborar um planejamento de atuação para o ano de 1999. O encontro durou todo o dia, na sede do Sindicato. O monitoramento da atividade foi feito por Neiva Alves Bertier de Almeida, diretora de formação do SINDISEV de Londrina e coordenadora da Micro Norte de Formação da CUT/Pr.

A intenção desta atividade é buscar o envolvimento de toda a diretoria nos grandes debates que deverão acontecer no próximo ano, como a proposta de mudança na estrutura sindical do governo neoliberal de FHC que certamente afetará todas as entidades sindicais.

"Por isso, desde já é importante que todos os dirigentes sindicais tenham realmente o compromisso de participar de todas as discussões visando democraticamente construir uma nova estrutura sindical que seja comprometida com os ideais históricos da classe trabalhadora. Para isso é importante que iniciamos desde já ações que parecem pequenas mas que são importantíssimas rumo à construção de uma estrutura realmente forte, como o processo de unificação", entendeu Valtair Caetano Apolinário, dirigente do SEEB de Toledo. No mesmo evento ocorreu a posse da nova diretoria do SEEB de Toledo para a gestão 98/2002.

Alcione Cristiano Macedo (funcionário do HSBC) encabeçou a nova diretoria, que tomará posse no dia 8 de maio. Já em Umuarama/Assis Chateaubriand, a chapa

"Cidadania e Luta - Construindo o Sindicato Regional", com 33 membros, recebeu 464 votos favoráveis. A comissão eleitoral registrou 26 votos em bran-

co e 2 nulos. De um universo de 580 bancários com direito a voto, 84% compareceram para votar e o índice de aprovação da chapa única ficou em 94,3%.

Pelos direitos sociais do Mercosul

Desde o início do processo do Mercosul, a CUT, através dos seus sindicatos espalhados por todo o Brasil, vem desenvolvendo um forte trabalho, com objetivo de contrapor aos interesses neoliberais dos governos e empresários, apresentando e defendendo a visão dos trabalhadores.

Neste sentido, cursos e outras atividades vêm sendo desenvolvidas frequentemente, voltadas principalmente às lideranças sindicais. Um desses cursos foi realizado recentemente, em Londrina, com participação de sindicalistas do Pactu (v. foto). Na ocasião foi amplamente discutida a participação dos sindicatos no Mercosul, sobretudo do ponto de vista da defesa

dos interesses dos trabalhadores.

Foi o que ocorreu, também, durante a Manifestação pelos Direitos Sociais do Mercosul, ocorrida no dia 10/12, no Rio de Janeiro, que considerou como principal avanço da Declaração Sócio-Liberal do Mercosul a determinação de se criar a Comissão Sócio-Laboral, primeiro órgão tripartite, de caráter permanente, encarregado de aplicar e fiscalizar as leis trabalhistas nos países do Mercosul.

A Declaração, ratificada pela Cúpula Presidencial dos quatro países membros, significará, senão o ideal, pelo menos um avanço importante, pois dará aos trabalhadores o direito de ter assento permanente na Comissão Laboral.



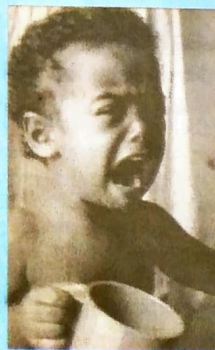
Curso sobre o Mercosul realizado em Londrina, nos dias 7 e 8/11, com participação de dirigentes do Pactu

Vestibular

Abono de faltas ao serviço

A direção do Pactu informa aos bancários que estarão prestando vestibular, que terão abonadas suas faltas ao serviço e considerada como dia de trabalho efetivo quando a data e horário das provas do vestibular coincidirem com o horário de trabalho e desde que seja feito um aviso prévio de 48 horas. Este direito está garantido pela lei 9.471, de julho de 97 e, por acordo sindical. A comprovação se fará através da apresentação da respectiva inscrição e do calendário dos exames vestibulares, publicados pela imprensa ou fornecido pela própria escola.

Natal só é feliz se for feliz pra todo mundo



Senão, é sempre tempo de lutar!!!

Boas Festas e Feliz 1999. São os votos a todos os que fazem os Sindicatos do Pactu.

PACTU

Publicação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

Conselho Editorial

Neil E. Júnior (Paranavaí) (044) 423-3402 / Anísel Couto (Assis Chateaubriand) (044) 528-4421 - Nivaldo Simoni (C. Mourão) (044) 823-3492 / Izabel C. Gregório (Toledo) (045) 252-1851 - Wilson de Souza (Umuarama) (044) 622-1979 - Elói Myska (Guarapuava) (042) 723-1371.

3.400 exemplares
Gráfica São Paulo (044) 622-4787

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes